VINHOS

A HISTÓRIA DO VINHO NO BAIXO ALENTEJO

[PARTE V]

De Berlim às demarcações de 1908

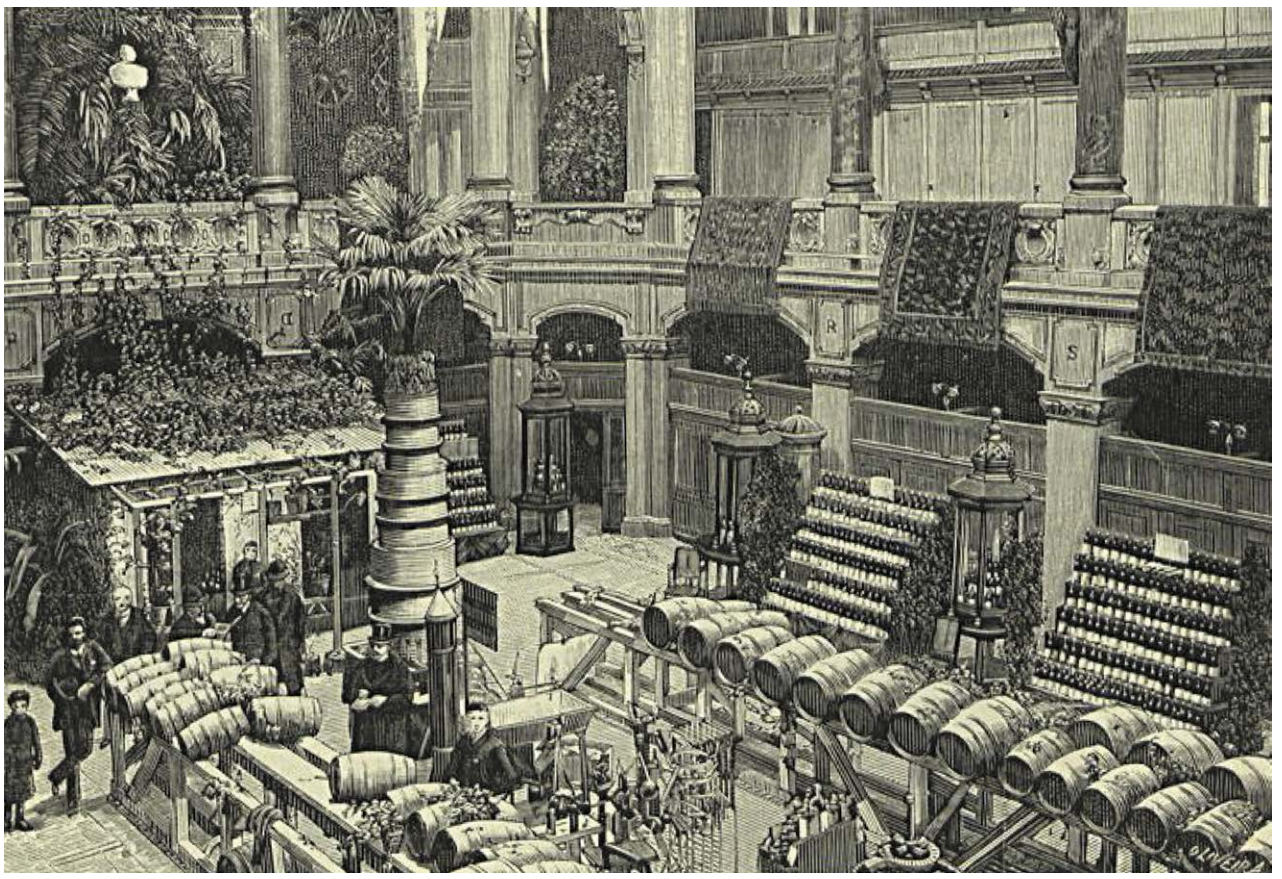
Mercados, filoxera e organização vitivinícola no Baixo Alentejo (1887-1908)

TEXTO **MANUEL BAIÔA**

CIDEHUS – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE HISTÓRIA, CULTURAS E SOCIEDADES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Em 1887, a vitivinicultura do distrito de Beja atravessava uma fase de afirmação. Cuba e Vidigueira constituíam importantes centros produtores, vinhos de vários concelhos tinham sido distinguidos em exposições internacionais e a Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo procurava organizar interesses dispersos. A Exposição de Vinhos Portugueses em Berlim ofereceu o palco mais ambicioso para essa projeção. Mas aquilo que parecia uma consagração revelou também as fragilidades do sistema: faltavam escala comercial, homogeneidade e capacidade para assegurar fornecimentos regulares e transformar prémios e encomendas em relações comerciais duradouras.

As duas décadas seguintes seriam marcadas por essa contradição. A filoxera atingiu finalmente o Alentejo, obrigando a reconstruir vinhedos; o protecionismo cerealífero tornou o trigo mais atrativo; novas associações procuraram organizar a produção; a ciência e o Estado reforçaram a intervenção no setor; as crises de excesso ou escassez sucederam-se. No início do século XX, Vidigueira participava já em mobilizações políticas de viticultores e o Alentejo chegou a dispor de uma adega social e uma adega regional. Apesar disso, quando o Estado construiu, entre 1907 e 1908, um novo mapa institucional dos vinhos portugueses, nenhuma região do Alentejo conseguiu entrar no grupo das áreas efetivamente demarcadas.



Exposição de Vinhos Portugueses em Berlim na sala Waaren-Börse

BERLIM, 1888: ENTRE A CONSAGRAÇÃO E O TESTE DO MERCADO

Os vinhos baixo-alentejanos já tinham estado noutras exposições internacionais: foram distinguidos em Paris em 1867; em Londres, em 1874, figuravam produtores de Cuba, Vidigueira, Serpa, Beja e Ferreira; vários produtores do distrito voltaram a ser premiados em Filadélfia em 1876. A presença nas grandes exposições não deve, porém, confundir-se com uma exportação regular: em 1874, "O Bejense" registava encomendas londrinas de apenas 24 garrafas ao visconde da Esperança e de alguns litros a um produtor da Vidigueira. A reputação avançava mais depressa do que o mercado.

A exposição de Berlim deve também ser entendida no contexto de uma preocupação nacional crescente com os mercados. Desde o início da década, intervenções parlamentares advertiam que a procura francesa, favorecida pela destruição filoxérica dos vinhedos daquele país, seria necessariamente conjuntural. Em junho de 1888 discutiam-se mesmo medidas destinadas a reduzir os custos da exportação, melhorar os transportes, criar depósitos comerciais no estrangeiro e aumentar a presença dos vinhos portugueses em exposições. O certame berlinense integrava, portanto, uma procura mais ampla de mercados capazes de sobreviver à recuperação da viticultura francesa e, em sentido inverso, uma oportunidade para os industriais alemães venderem os seus produtos associados ao vinho e à agricultura.

A Exposição de Vinhos Portugueses realizada em Berlim, em 1888, representou outro patamar desta trajetória: foi organizada pela Associação Central de Geografia Comercial e de Promoção dos Interesses Alemães no Estrangeiro (Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande), em colaboração com as comissões portuguesas de Lisboa e do Porto; reuniu 446 expositores e 742 amostras; cerca de 60 000 garrafas foram destinadas à distribuição e 11 150 litros seguiram em barris, parte para venda. A inauguração realizou-se na Waaren-Börse, a Bolsa de Mercadorias, na noite de 27 de outubro, perante mais de mil pessoas. Pirâmides de garrafas, vitrinas, barris e mesas de prova materializavam a "verdadeira orientação comercial" que Pery atribuiu ao certame.

O Baixo Alentejo esteve representado por 12 expositores e 17 amostras, 10 tintas e sete brancas, provenientes de Vidigueira, Cuba, Beja, Ferreira e Aljustrel. Mas por detrás das participações individuais existira uma tentativa mais ambiciosa de organização coletiva. Fundada em 1887, a Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo procurava reduzir a fragilidade do lavrador isolado, sobretudo através da compra coletiva de fatores de produção; no domínio vinícola ensaiou também formas de apresentação, vinificação e comercialização coletivas. Por isso, pretendera enviar "amostras coletivas" para Berlim que demonstrassem a existência de vinhos semelhantes em quantidade suficiente para interessar ao grande comércio, embora reconhecesse que na região "não há unidade de tipo" de vinho. Para além de diferentes formas de vinificação, a multiplicação de pequenas vinhas, muitas delas em consociação, dificultava a normalização do produto. A comissão central que organizou a expedição portuguesa receou que a fórmula implicasse lotação ou mistura e determinou que as amostras fossem apresentadas individualmente.

O catálogo alemão conserva, contudo, o vestígio dessa estratégia. D. Emília Henriqueta Gomes Palma, Francisco Matheus Palma, José Nunes de Oliveira e Manuel Joaquim de Sousa Tavares, de Beja, e Jacinto Maria Fialho, de Ferreira do Alentejo, aparecem sob a Handelsmarke (marca comercial) "Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo". Não era uma simples categoria geográfica: outros produtores de Beja figuravam no mesmo catálogo sem essa marca. A designação traduzia, portanto, uma forma seletiva de apresentação comercial coletiva.



Garrafa Ribeira Brava branco 1886 gerada por inteligência artificial a partir do catálogo alemão

O próprio catálogo revela estratégias distintas para enfrentar o mercado. Em Cuba, António dos Reis de Matos apresentava-se, simultaneamente, como viticultor e

comerciante e declarava poder fornecer mais de 5000 hectolitros, uma capacidade de fornecimento muito superior à declarada pela maioria dos expositores baixo-alentejanos. Já o visconde da Ribeira Brava optava por uma marca individual: "Ribeira Brava", acompanhada de brasão, das iniciais R B e das indicações "Alemtejo", "Quinta das Reliquias" e "Portugal". Não levava apenas uma amostra a concurso: apresentava um produto com identidade territorial, preço, quantidades disponíveis declaradas e percurso de expedição identificado. Marca coletiva, concentração comercial e marca individual constituíam respostas diferentes ao mesmo problema: transformar o vinho em mercadoria capaz de chegar regularmente a mercados distantes.

A dificuldade não ficou no plano das intenções. A Liga recebeu uma encomenda que não conseguiu satisfazer: esgotada a quantidade disponível do vinho pretendido, procurou completá-la recorrendo a outras adegas, mas não encontrou vinho suficientemente semelhante. O episódio dava conteúdo concreto à ausência de "unidade de tipo": havia procura e havia vinho, mas faltavam quantidade e homogeneidade suficientes para tornar substituível o fornecimento de uma adega por outra. A dificuldade surgia paradoxalmente quando já se falava, à escala nacional, de uma "crise de abundância": excedentes globais podiam coexistir com a falta de lotes suficientemente homogéneos para satisfazer uma encomenda.

A resposta da Liga a este problema não ficou pelo plano comercial. No relatório de 1888-1889, a Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo afirmava ter fundado uma adega social, provavelmente em Beja, onde se ensaiaram vinhos de bica aberta "julgados excelentes" e destinados aos mercados do norte da Europa. A localização exata da adega e a continuidade do seu funcionamento permanecem, contudo, por esclarecer. Em 1889, os congressos agrícolas alentejanos realizados em Estremoz e Évora voltariam ao mesmo problema, defendendo o aperfeiçoamento da vinificação e a criação de um "tipo de vinho" característico da região. Sem antecipar as futuras denominações de origem, começava a formular-se uma questão que era simultaneamente técnica e comercial: como tornar reconhecível e repetível uma produção muito heterogénea.

O mercado alemão testava, entretanto, também os gostos. Vinhos de Cuba que Pery associava aos "antigos processos" podiam ser apreciados pelo júri. Um branco cubense, pouco alcoolizado, límpido e com ligeiro sabor a fruto, teve boa receção. Alguns tintos de Beja, relativamente abertos de cor, encorpados e com suficiente doçura, agradaram aos provadores; características menos apreciadas pelo comércio bordalês podiam ser valorizadas na Alemanha; vinhos marcados pela aguardentação não eram apreciados. A linha que separava "antigo" e "moderno" não coincidia necessariamente com a que separava bom e mau vinho. A imprensa e os relatórios referiram que houve "grandes encomendas" de vinho após a exposição. Uma amostra de Beja chegou a ser indicada para eventual fornecimento da esquadra alemã, mas a falta de *stock* acabou por inviabilizar o negócio. O preço, a estabilidade e a capacidade de fornecimento contavam tanto como a qualidade.

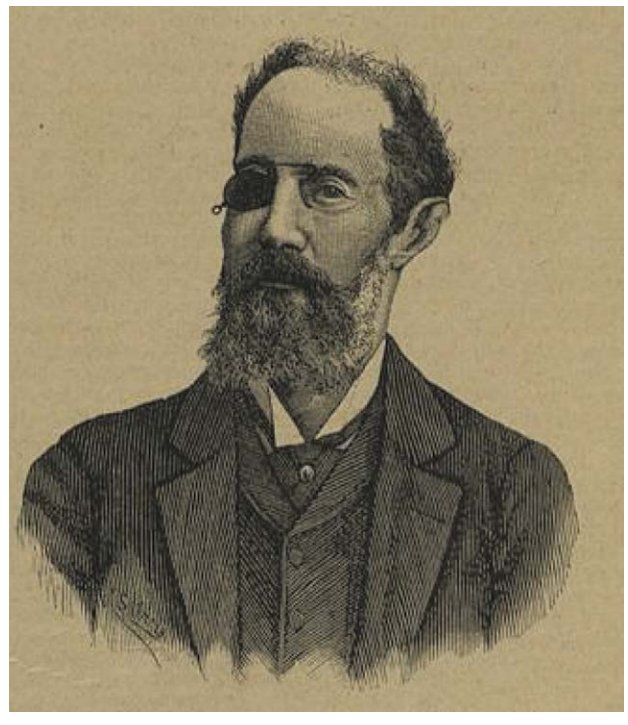
Foi, contudo, um branco da Quinta das Relíquias, na Vidigueira, colheita de 1886, apresentado pelo visconde da Ribeira Brava, que alcançou o maior reconhecimento. O catálogo alemão indicava Cuba como estação ferroviária, Lisboa como porto de embarque, um preço de 2$500 réis por dúzia de garrafas, franco a bordo, uma produção média anual declarada de 1500 hectolitros e 50 000 garrafas disponíveis. Pery descreveu-o como vinho de bica aberta, com dois anos e conservado sem adição de álcool, de cor alambreada, ligeiro *bouquet* e sabor agradável. A relação oficial dos prémios considerou-o "finíssimo" e "tão fino como Chablis". O relatório alemão foi mais longe: *feiner als Chablis*, "mais fino que Chablis". Recebeu o 1.º prémio e ainda um prémio de honra, uma taça oferecida pelo presidente da exposição, Robert Jannasch, após ser avaliado por um júri de 40 membros alemães, em grande parte negociantes de vinhos, industriais e especialistas, que provaram os vinhos presentes no certame ao longo de mais de um mês de provas.



Francisco Correia de Herédia, visconde da Ribeira Brava, 1915-01-15 (VIC-21532)



Talhas numa adega em finais do século XIX



António Batalha Reis, agrónomo e enólogo - 1

Em 1889, os congressos agrícolas alentejanos realizados em Estremoz e Évora voltariam ao mesmo problema, defendendo o aperfeiçoamento da vinificação e a criação de um "tipo de vinho" característico da região.

Berlim demonstrava que um prémio podia abrir portas, mas não assegurava, por si só, um mercado duradouro. Ainda assim, mais importante do que a taça foi a mudança que tornou visível: alguns produtores alentejanos já apresentavam vinhos com marca, preço e rota de expedição, enquanto os jurados os avaliavam por comparação com referências internacionais, como Chablis ou os vinhos do Reno. Mas notoriedade não assegurava vendas continuadas. Pery defendia associações de lavradores, companhias vinícolas e o aperfeiçoamento da cultura e da vinificação. Em 1892, o cônsul português em Hamburgo ainda lamentava que o reconhecimento alcançado não tivesse sido convertido numa presença comercial regular e apontava também a desvantagem pautal perante concorrentes.

FILOXERA, TRIGO E RECONSTITUIÇÃO

Quando Berlim abriu as portas, a filoxera estava prestes a alterar as condições da viticultura alentejana. A praga fora detetada em França em 1863 e no Douro em meados da década de 60, tendo demorado cerca de duas décadas a atingir o Alentejo. Esse desfasamento coincidiu com uma expansão vitícola já em curso. A destruição das vinhas francesas criou uma conjuntura comercial favorável e compradores franceses ou seus representantes procuraram vinho nas regiões produtoras portuguesas. Mas a expansão alentejana antecedera essa oportunidade e não pode ser explicada exclusivamente por ela.

O primeiro foco alentejano documentado surgiu no Gavião em 1887, em 1889 havia vinhas infestadas em Ferreira do Alentejo e, em junho de 1890, a praga era identificada em propriedades de Beja e Cuba. Em Ferreira do Alentejo, o Governo forneceu sulfureto de carbono, enquanto a câmara e a administração concelhia projetavam um viveiro de videiras americanas destinado também a fornecer plantas aos viticultores menos favorecidos. O combate químico começava a coexistir com a reconstrução do próprio material vegetal.

A gravidade dos primeiros focos não significou um colapso regional imediato. A produção alentejana permaneceu elevada nos primeiros anos da década de 1890 e os efeitos da praga foram desiguais. A posterior retração da vinha deve ser entendida no cruzamento entre doenças, custos de reconstituição, dificuldades comerciais e novas oportunidades agrícolas. O protecionismo cerealífero iniciado em 1889, com a chamada "Lei da Fome" e reforçado em 1899, aumentou a atratividade do trigo, intensificando, em certas explorações, a concorrência por terra, trabalho e capital.

A intervenção pública também não seguiu uma linha única. Poucos anos antes, medidas de combate à filoxera tinham criado benefícios para a reconstituição ou plantação da vinha; depois, a valorização cerealífera alterava novamente os incentivos. Ao longo destes anos, o produtor decidia perante preços, doenças, custos de replantação, disponibilidade de mão de obra e expectativas de mercado. A retração da vinha e a expansão cerealífera não constituíram, portanto, movimentos necessariamente simultâneos nem uniformes em todo o Alentejo.

ASSOCIAR, VINIFICAR E VENDER

Embora situada em Viana do Alentejo, fora do Baixo Alentejo aqui considerado, a União Vinícola e Oleícola do Sul (UVOS) constitui um exemplo particularmente expressivo do movimento de renovação da vitivinicultura alentejana no final do século XIX. Constituída em 21 de outubro de 1892, sob o impulso de António Isidoro de Sousa, retomava preocupações que a Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo procurava enfrentar e que a exposição de Berlim de 1888 ajudara a evidenciar: vinificar em comum, obter vinhos de características uniformes e organizar a comercialização. Isidoro de Sousa, associado à Liga e à organização da exposição de Berlim, defendia já em 1888 a necessidade de produzir um "tipo uniforme" de vinho. A ligação ao Baixo Alentejo era significativa: em 1894, entre os 61 associados da UVOS, encontravam-se sete residentes em Cuba, cinco na Vidigueira, dois em Beja, dois em Moura, um em Vila Ruiva e outro em Ferreira do Alentejo.

A iniciativa beneficiou do decreto de 30 de setembro de



Adega Social da União Vinícola e Oleícola do Sul em Viana do Alentejo - 4

1892, que previa a criação de oito adegas sociais, programa que não chegou a concretizar-se na extensão prevista, e de empréstimos concedidos pelo Estado, cuja disponibilização sofreu atrasos. Em 5 de junho de 1893, no regresso de uma visita régia a Beja, D. Carlos e D. Amélia assistiram à cerimónia do assentamento da primeira pedra da Adega Social de Viana. Frequentemente considerada a primeira adega social portuguesa, esta experiência pioneira inseria-se, contudo, num movimento associativo mais amplo, que incluía iniciativas anteriores da Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo. A adega iniciou a laboração em 25 de setembro de 1897, sob a direção técnica do prestigiado enólogo António Batalha Reis, substituído no ano seguinte pelo enólogo italiano E. Bettina.

Junto da estação ferroviária, a nova adega concentrava a vinificação das uvas, procurando melhorar a qualidade e a uniformidade dos vinhos, reduzir custos e facilitar o acesso aos mercados. A modernização das instalações fez-se progressivamente, com a aquisição de uma balança automática, aparelhos de destilação e pasteurização, um sistema de refrigeração destinado a moderar a temperatura da fermentação, grandes tonéis de madeira importados de Bordéus e, em 1899, um gerador de vapor utilizado na esterilização do vinho e na destilação. Pretendia-se aplicar os conhecimentos da enologia moderna à produção de vinhos mais estáveis e comercialmente competitivos. Procurou-se elaborar vinhos de pasto e consumo direto, de graduação alcoólica inferior a 12 graus, pelo processo de "meia feitoria", "processo do Cartaxo", isto é, uma feitoria abreviada, com menor tempo de pisa e curtimenta no lagar antes de a fermentação prosseguir em tonéis, sendo provavelmente tintos abertos. João Manuel Santana de Sousa descreve os vinhos elaborados pela UVOS como "limpos, transparentes, com bela cor de romã e muito bom sabor". Os melhores lotes eram engarrafados sob marcas como "Alvito" e "Xarrama". A União conseguiu comercializar vinhos no mercado nacional e exportar para o Brasil e para África, embora enfrentasse dificuldades crescentes. No mercado regional, os seus vinhos concorriam com os de Vila Alva, Vila de Frades e Vidigueira, vinhos de talha frequentemente mais baratos e preferidos pelos consumidores locais.

Mas o projeto ultrapassava as paredes da adega. A UVOS criou um viveiro de cepas americanas que, só em 1894, vendeu mais de 53 mil plantas enraizadas, promoveu campos de ensaio, instalou um posto meteorológico, adquiriu também um cabrestante da marca Vernette, que permitia surribas até cerca de 60 centímetros e mantinha depósitos de adubos, inseticidas e instrumentos agrícolas. Associar produtores significava, neste caso, não apenas vinificar e vender em comum, mas também difundir conhecimentos, experimentar novas técnicas e organizar a aquisição coletiva de fatores de produção. Paralelamente, António Isidoro de Sousa promoveu outras iniciativas de desenvolvimento local, entre as quais a Escola-Oficina Médico Sousa, dedicada ao ensino da cerâmica. Era um ambicioso projeto de modernização económica e social do mundo rural.



Garrafa de vinho Xarrama da Adega Social de Viana do Alentejo

A inovação tecnológica não bastou, porém, para ultrapassar as dificuldades financeiras e os interesses divergentes dos associados. O endividamento, a quebra dos preços do vinho, os atrasos no financiamento público e as tensões internas comprometeram a continuidade do empreendimento. A produção vinícola terá cessado em 1905 e, em 1911, as instalações foram vendidas pelo Estado em hasta pública. A Adega Social de Viana constituiu, ainda assim, uma experiência pioneira de modernização da vitivinicultura alentejana, antecipando algumas das funções que as adegas cooperativas viriam a desempenhar, em condições históricas distintas, várias décadas mais tarde.

O BARRO NÃO DESAPARECE

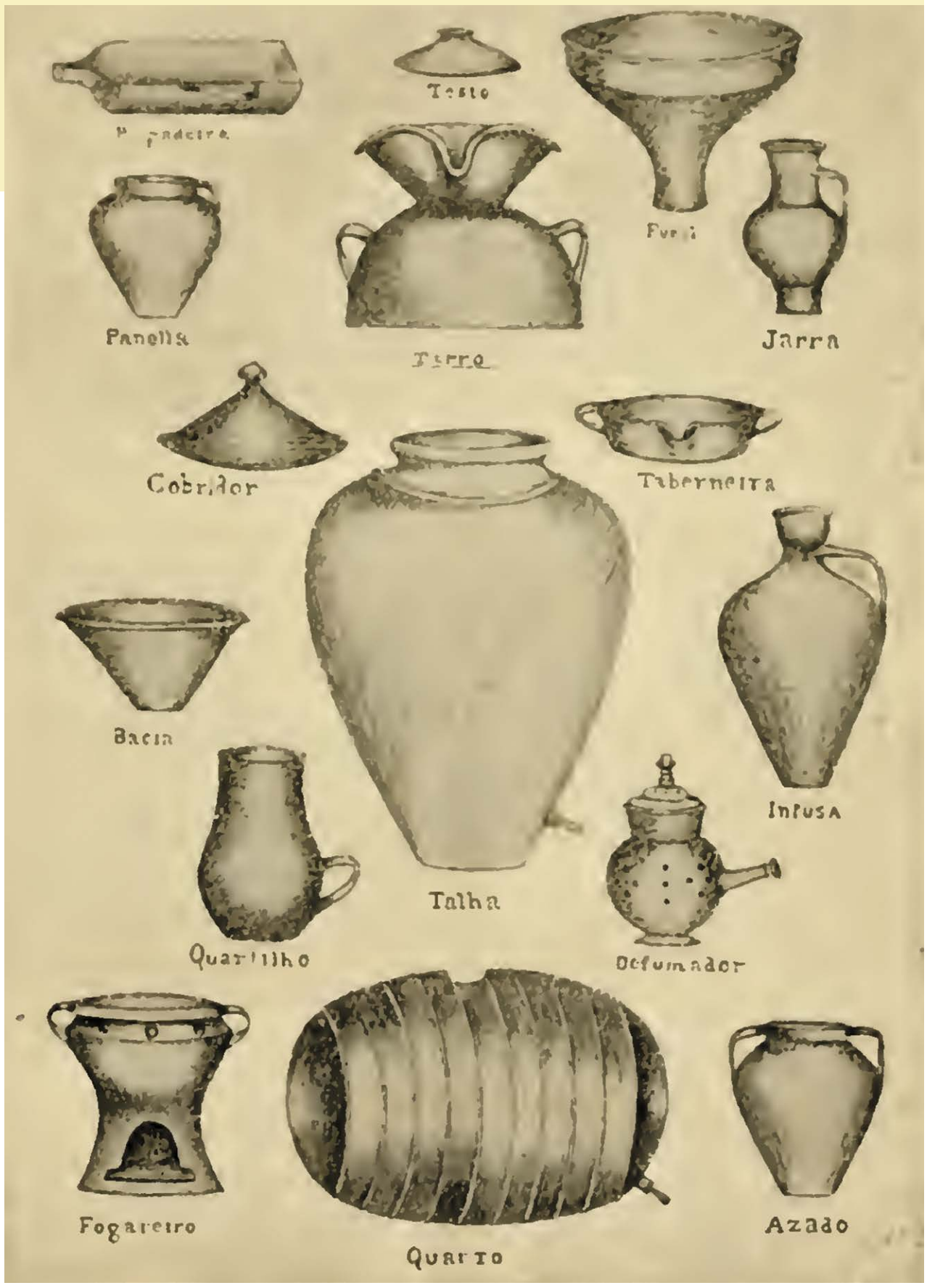
A modernização enológica não se difundiu, porém, de forma uniforme pelas adegas alentejanas. Em 1899, Lopes Piçarra descreveu, na revista "A Tradição", as adegas de Brinches, no concelho de Serpa, onde as talhas de barro, revestidas interiormente de pez louro, tinham capacidades entre 15 e 60 almudes (aproximadamente 250 a 1000 litros). Dispostas sobre poiais ao longo das paredes, encontravam-se em espaços cujo pavimento, ligeiramente inclinado, conduzia o mosto da pisa para a "adorna", depósito subterrâneo que também recebia o vinho derramado em caso de rotura de alguma talha. Sobre a utilização de outro vasilhame vinário, o autor era categórico: "Tonéis de madeira, não se usam aqui".

Em janeiro de 1900, Manuel Dias Nunes descreveu, na mesma revista, a olaria de Serpa, cujas talhas para vinho e azeite eram comercializadas em numerosas localidades alentejanas e algarvias. Segundo a nomenclatura local, os recipientes com 20 ou mais almudes eram designados por "talhas", enquanto os de menor capacidade recebiam o nome de "potes". Havia ainda os "quartos", vasilhas de barro em forma de barrica, com capacidades entre um e 15 almudes, destinadas ao vinho e assentes, cada uma, numa "burra", banco de quatro pés. Segundo o autor, em Serpa, e provavelmente em grande parte da margem esquerda do Guadiana, persistia uma "decidida predileção" pelo vinho "criado no barro". Reconhecia, contudo, que a talha começava a ser substituída pelo tonel de madeira. Dias Nunes lamentava a mudança: admitia que os novos recipientes pudessem ser mais duráveis ou económicos, mas contrapunha a talha "elegante e majestosa" ao tonel "disforme e brutal". Apesar disso, as grandes vasilhas cerâmicas continuavam a ser fabricadas artesanalmente e impermeabilizadas com pez. Também Fialho de Almeida descreveu, em **Estâncias d'Arte e de Saudade** (1921), uma adega de Évora, provavelmente no final do século XIX, instalada no antigo mosteiro de Santa Marta, onde o vinho era conservado em talhas pesgadas, sem tonéis de madeira. Observou ainda que as talhas mais recentes tinham maior capacidade do que as antigas e referiu uma talha alegadamente datada de 1600.

A fotografia do interior da Adega Social da UVOS, publicada em "O Occidente" em 1900, ilustra bem o contraste: enquanto em Viana se alinhavam grandes tonéis de madeira, em Brinches e Évora persistiam adegas inteiramente cerâmicas e, em Serpa, a substituição das talhas avançava gradualmente. Estas diferenças sugerem distintos ritmos de modernização, relacionados, entre outros fatores, com a dimensão das explorações, a disponibilidade de capital e as preferências dos consumidores. Na transição do século XIX para o XX, o barro não foi, portanto, simplesmente substituído pela madeira: ambos coexistiram numa vitivinicultura alentejana marcada por permanências e transformações graduais.

1900-1903: A CRISE CHEGA ÀS VINHAS E À POLÍTICA

Em 1900, o agrónomo Cincinato da Costa sintetizava, na sua obra **O Portugal Vinícola**, o quadro contraditório da viticultura alentejana. Identificou as principais castas do Alentejo. Entre as tintas, citava Moreto, Tinta Aragoneza, Tinta Caiada e Tinta Castelôa; entre as brancas, Roupeiro, Galego, Olho de Lebre, Perrum, Mourisco Branco, Malvasia e Manteúdo. Apesar das numerosas plantações recentes e do alargamento dos "domínios vitícolas", considerava que o Alentejo ainda não era uma província "essencialmente vinícola". Cuba e Vidigueira figuravam entre os principais centros produtores, mas os cereais, a cortiça e outras atividades continuavam a estruturar a economia regional. A entrada no século XX não representou, portanto, o fim súbito da expansão anterior.



Produtos da olaria alentejana, Serpa. "A Tradição", 1900

A imprensa bejense revelava, entretanto, as consequências económicas e sociais das doenças da vinha. Em fevereiro de 1900, o "Nove de Julho" relacionava a devastação filoxérica na freguesia das Neves com uma "contínua crise de trabalho" entre os trabalhadores rurais. No outono, o mesmo jornal noticiava vindimas prejudicadas pela chuva e por doenças que atingiam também plantações americanas. A destruição das vinhas repercutia-se no emprego e nos rendimentos rurais. Em 1902, o míldio agravou as dificuldades: a imprensa regional referia perdas severas de colheita, subida dos preços e necessidade de procurar vinho noutras regiões. Em outubro de 1903, persistiam notícias de produções reduzidas e preços elevados. Estas crises sucediam-se, embora não implicassem necessariamente uma retração imediata e uniforme da superfície vitícola.

As dificuldades tiveram também expressão política. Em março de 1901, perante os protestos dos viticultores, o deputado Oliveira Matos criticava a insuficiência das propostas governamentais. A Real Associação Central da Agricultura Portuguesa impulsionou então uma campanha nacional de comícios, que chegou à Vidigueira. A câmara municipal promoveu uma manifestação em defesa das reivindicações do Congresso Vinícola de 1900, entre elas a criação de uma Companhia Vinícola do Sul e de adegas sociais. A União Vinícola e Oleícola do Sul (UVOS) dirigiu igualmente uma representação ao Parlamento, reclamando a redução dos impostos que oneravam o consumo e a circulação do vinho. Em 16 de abril de 1902, o artigo "O sul do país", publicado em "O Distrito de Portalegre", apoiava os protestos de António Isidoro de Sousa e de várias câmaras municipais contra as restrições ao plantio de novas vinhas. A controvérsia revelava interesses divergentes: enquanto alguns produtores defendiam limites à expansão, outros reclamavam a liberdade de plantar e de conquistar mercados.

DA ADEGA REGIONAL À "QUESTÃO VINÍCOLA"

As reivindicações do Congresso Vinícola de 1900 contribuíram para novas medidas de fomento. Em maio de 1901, o deputado Tavares Festas reclamou a discussão parlamentar das propostas destinadas a enfrentar a crise. Encerradas as Cortes sem que fossem debatidas, o Governo promulgou o decreto de 14 de junho, regulamentado em setembro, que distinguiu adegas regionais, apoiadas pelo Estado, e adegas livres, organizadas pelos viticultores. O Alentejo figurava entre as oito regiões previstas para receber uma adega regional. Pretendia-se aperfeiçoar a vinificação e reunir grandes lotes de características uniformes, destinados ao consumo ou à exportação. Em 1902, constituiu-se em Évora a Adega Regional do Alentejo, com capital de 30 contos de réis e 59 sócios, entre os quais figuravam o visconde da Ervideira e Francisco Eduardo de Barahona Fragoso. Como demonstrou Paulo Eduardo Guimarães, a iniciativa inseria-se nas estratégias de investimento das elites eborenses na transformação e comercialização dos produtos agrícolas, embora a viabilidade económica da iniciativa permanecesse incerta.

A "questão vinícola" dividia produtores, comerciantes e representantes políticos. Excedentes de produção, dificuldades de escoamento, falsificações, impostos, crédito e mercados externos alimentavam intervenções parlamentares e publicações como **Questão Vinícola** (1906) e **Crise Vinícola** (1909), de Francisco Miranda da Costa Lobo, esta última reunindo discursos proferidos em 1908.

Na Câmara dos Deputados, em 19 de agosto de 1908, Afonso Costa contestou os privilégios concedidos ao Douro e relacionou a crise com a concorrência internacional, a expansão das plantações, a fiscalidade e as insuficiências do ensino técnico e das convenções comerciais. O discurso, que, segundo Carla Sequeira, refletia também as posições de José Relvas e os interesses dos viticultores do Sul, criticou ainda o agravamento dos direitos cobrados em Moçambique sobre os vinhos metropolitanos, por contrariar a procura de novos mercados. A crise ultrapassava, assim, a vinha e a adega: envolvia a distribuição dos benefícios da intervenção estatal, a circulação dos vinhos e as relações comerciais entre regiões, metrópole e colónias.

1907-1908: UM NOVO MAPA DO VINHO

A resposta institucional da monarquia à crise vinícola esteve longe de reunir consensos. Em maio de 1907, D. Luís de Castro advertia, na revista "Brasil-Portugal", para os riscos de uma política de proteção que opusesse os interesses das diferentes regiões produtoras. Após intensos debates parlamentares, o decreto de 10 de maio, promulgado pelo governo de João Franco, reconheceu diversos vinhos de pasto de "tipo regional", entre eles Colares, Bucelas, Dão, Bairrada e Borba. Uma proveniência alentejana entrava, assim, no novo quadro jurídico. Contudo, esse reconhecimento não equivalia à criação de uma região demarcada: o diploma remetia a delimitação territorial, a organização das comissões de viticultura e a fiscalização para regulamentação posterior.

A controvérsia prosseguiu em 1908, sobretudo, em torno da proteção concedida ao Douro e das restrições à circulação e exportação de vinhos de outras proveniências. Em setembro, a revista "Brasil-Portugal" criticava a rapidez da discussão parlamentar e a distância entre os preços pagos aos produtores e os cobrados aos consumidores. A carta de lei de 18 de setembro e o decreto de 1 de outubro avançaram na demarcação de várias regiões, incluindo Douro, Dão, Vinhos Verdes, Colares e Carcavelos. Borba continuou a figurar entre os vinhos de "tipo regional", mas não obteve delimitação territorial, tal como os tradicionais centros vinhateiros de Cuba, Vidigueira e Beja. O Alentejo ficou, portanto, excluído das novas regiões efetivamente demarcadas. Como demonstrou António Rafael Amaro para o Dão, a mobilização das elites regionais foi importante para transformar o reconhecimento legal em proteção territorial e organização institucional.

A exclusão era significativa. Desde a exposição de Berlim, produtores e associações alentejanas procuravam afirmar vinhos de características reconhecíveis e assegurar regularidade de produção e comercialização. A Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alentejo denunciara a ausência de "unidade de tipo"; a UVOS procurara vinificar e vender em comum; a Adega Regional do Alentejo pretendera constituir tipos definidos de vinhos regionais. Apesar destas iniciativas, o Alentejo não conseguiu integrar o novo mapa das regiões demarcadas. A ausência de demarcação não explica, por si só, a retração da vinha alentejana, mas revela os limites da institucionalização regional alcançada até 1908.

1908: ENTRE A AFIRMAÇÃO E A EXCLUSÃO

Em 1908, o balanço da vitivinicultura do Baixo Alentejo permanecia contraditório. A região possuía vinhos premiados internacionalmente, centros produtores reconhecidos, uma cultura material profundamente ligada à talha e experiências de inovação técnica e associativa. Contudo, as dificuldades de comercialização persistiam e nenhum território vitivinícola alentejano obtivera demarcação própria, apesar do reconhecimento legal de Borba como proveniência de vinho de "tipo regional". O percurso iniciado com as expectativas comerciais de Berlim terminava, assim, sem que os esforços de modernização se traduzissem numa organização regional protegida e capaz de assegurar uma presença continuada nos mercados. A fragilidade não residia na ausência de iniciativas, mas na dificuldade em lhes conferir continuidade económica e projeção institucional.